



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: A BI DOCÊNCIA COMO ALTERNATIVA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Késia dos Santos de Brito; Leonardo Mendes Bezerra; Leidylene Porcina Alves Nascimento; Ana
Cristina Teixeira de Brito Carvalho

*Universidade Estadual do Maranhão, e-mail: kesia-fn@hotmail.com - Universidade Estadual do Maranhão, e-mail:
lydimo@live.com - Universidade Estadual do Maranhão, E-mail: Leidylenenascimento@outlook.com- Universidade
Estadual do Maranhão, anicris.brito@hotmail.com.*

Introdução

A educação é um direito social fundamental e essencial básico que causa impacto em todas as áreas da vida do homem, seja social, econômica, ético e política. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 9394/96), afirma que “é direito de todo ser humano o acesso à educação básica”. Os sistemas educativos encontram-se, constantemente submetido a tensões, como por exemplo: respeitar a diversidade dos indivíduos e dos grupos humanos, mantendo, o princípio da homogeneidade. A educação é um processo gradativo e lento, ela deve assumir a difícil tarefa de fazer da diversidade um fator positivo de compreensão mútua entre indivíduos e grupos humanos.

Segundo Laschi (2008), educar desde a infância é conduzir o homem para a virtude. Como primeira etapa da educação, a educação infantil proporciona a criança à socialização e tem como finalidade o desenvolvimento intelectual, social, físico e psicológico. Um dos grandes desafios das escolas, atualmente, é saber lidar com a criança que apresenta dificuldade na aprendizagem escolar. Em seu despreparo, a escola pode desencadear nos alunos mais problemas ainda, e até mesmo agravar os já existentes. É necessário que haja uma reestruturação nas estruturas físicas escolares e no funcionamento do sistema educacional. Historicamente, estas crianças ficavam “guardadas” em ambientes privados, como instituições próprias voltadas para elas, e no ambiente familiar, devido às crenças de que estariam protegidas da sociedade (BEYER, 2005).

Para Herrero (2000), o conceito de necessidade especial surge para responder às crianças que, por diferentes causas, apresentam dificuldades de aprendizagem e necessitam de ajuda diferenciada daquela oferecida aos demais alunos. Assim, surge a questão de como educar crianças com deficiência e necessidades educacionais especiais, pois é de extrema importância que os professores obtenham instrumentos que atenda às necessidades apresentadas pelos seus alunos.



Metodologia

O objetivo desse trabalho foi investigar o processo de escolarização inclusiva de criança com necessidades educacionais em escola regular, pois a matrícula das mesmas em classes regulares não significa inclusão. Trata-se de um estudo desenvolvido a partir de revisões bibliográficas de artigos e monografias publicadas no período de 2005 a 2015, com temática relacionada à educação inclusiva.

Resultados e Discussão

Crianças com necessidades educacionais especiais estão cada vez mais presentes em escolas públicas e privadas. Na década de 90 existiam classes especiais destinadas somente a alunos com deficiência, havendo pouca interação entre eles e os demais alunos. Muitos pais e estudiosos insatisfeitos com essa situação reivindicaram a inserção desse alunos em classes regulares. Mesmo com a inclusão, continuam sendo excluídas por outras crianças, pais e também pelo próprio processo pedagógico, devido à falta de preparo dos professores nas escolas. Os professores, na tentativa de “normalizar” os alunos com deficiência, para que se aproximem ou se igualem ao padrão de comportamento e participação dos outros alunos, desenvolvem ações que acabam por prejudicar o desenvolvimento da criança. Ao invés de adaptar as estruturas educacionais para recebê-los, buscam moldá-los ao sistema educacional já posto, reduzindo-os às suas necessidades e ampliando as limitações de atendimento a elas. A inclusão escolar é uma forma de inserção em que a escola comum é modificada para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente, propiciando uma educação de qualidade.

O aluno com deficiência deve ser visto pelas suas possibilidades. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 9394/96) assegura que crianças com deficiência física, mental e sensorial, podem e devem estudar em classes comuns e menciona, nos artigos 58 e 59, a necessidade da existência de serviços de apoio especializado e também o preparo dos professores para lidar com as necessidades desses alunos. Embora a realidade esteja ainda muito aquém da legislação existente, após a aprovação da lei, vive-se um momento de crescimento do número de alunos com necessidades especiais ocupando os diferentes espaços escolares, pois agora as escolas regulares são obrigadas a aceitar crianças que antes só podiam estudavam em escolas especiais. Essa ação permite que o paradigma da inclusão venha ao longo dos anos se consolidando, buscando instituir nos ambientes



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

educacionais a não exclusão escolar dos deficientes, através de atuações que garantem o acesso e permanência desses alunos no ensino regular.

Existe uma diversidade de maneiras para se inserir esses alunos em classe regular. A bi docência como alternativa na educação inclusiva é defendida por Beyer (2005), situação em que o professor responsável tem a parceria de um colega com conhecimento específico na área das necessidades especiais. A relação que ocorre na bi docência é de construção uma vez que os dois profissionais de perfis diferentes se juntam em prol da aprendizagem dos estudantes. Porém, faz-se necessário que os professores bi docentes conheçam suas atribuições enquanto docentes e principalmente que os conhecimentos pedagógicos de ambos sejam compartilhados entre eles e disponibilizados a todos os alunos em sala de aula. O trabalho do professor titular e do bi docente se complementam, pois tanto um como o outro podem assumir e coordenar o trabalho com a turma ou com a criança que necessita de um acompanhamento maior, ajudando o aluno a criar suas próprias ferramentas para usufruir do espaço escolar de forma independente, tornando sua vida escolar mais potente e autônoma. Por lei, as turmas de inclusão devem ter no máximo vinte alunos, sendo o número de alunos com deficiência limitado a dois.

O planejamento das atividades deve ser dividido entre o professor regente e o especialista, o profissional bi docente deve ser flexível em seu planejamento e deve expor e absorver opiniões. Para que a bi docência dê certo, os dois profissionais devem manter uma linguagem homogênea diante da turma. O professor bi docente deixa de ser um mero auxiliar do estudante com deficiência e passa a ter espaço no processo ensino-aprendizagem de toda a turma, através do seu planejamento, desenvolvimento e avaliação do processo. Toda a turma se beneficia da bi docência, pois ambos estão atuando, envolvidos e comprometidos na construção do conhecimento, e à medida que um outro aluno apresente dificuldade, este também é contemplado pelo ensino colaborativo, podendo assim ajudar no descobrimento de distúrbios de aprendizagem dos demais alunos.

Segundo Ilha (2013), o ideal é que o aluno com necessidades especiais, ao ser inserido em classe regular, frequente no contra turno a sala de recursos, num contexto criado para suprir lacunas e limitações dos alunos que não conseguiram acompanhar no tempo fixo regular da escola as atividades previstas. Diferentemente do que muitos pensam, o foco do trabalho não é clínico, mas pedagógico. A sala de recursos precisa ser simples, porém prática, para que sejam desenvolvidas atividades específicas com profissionais preparados especificamente para o atendimento às diversas necessidades educativas especiais dos educandos. Deve dispor também de equipamentos de informática, mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos. Nesta sala o aluno recebe ajuda



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

individualizada com ênfase maior nas mudanças de comportamento e aprendizagem. É importante que não sejam realizadas várias mudanças ao mesmo tempo, para que haja uma maior compreensão do que está sendo passado, deve-se observar quais objetos chamam mais a atenção dessa criança, promovendo, assim, a maior concentração nas atividades desenvolvidas.

Vale lembrar que esse trabalho não é um reforço escolar, mas sim um acompanhamento com foco definido, voltando-se à atenção para o essencial: proporcionar a adaptação dos alunos para a sala de aula de ensino regular. Cada aluno tem um plano pedagógico exclusivo, com as atividades que deve desenvolver e o tempo estimado que passará na sala e o número de vezes que o aluno frequentar a sala de recurso vai depender de suas necessidade. Para elaborar esse plano, o profissional da sala de recursos deve atuar em conjunto com o professor da sala regular, para definir quais as dificuldades desses alunos. A comunicação entre os dois profissionais deve ser constante pois se o professor regular perceber que há pouca ou nenhuma evolução, cabe a ele informar ao professor da sala de recursos, que deve modificar o plano para melhor desenvolver seu aprendizado. Sendo assim ambos os trabalhos pedagógicos são fundamentais para o desenvolvimento das potencialidades, habilidades, evoluções, acompanhamento adequado e estratégias que eliminem as barreiras da inserção na escola e no desenvolvimento da aprendizagem.

Conclusões

Não existe uma fórmula mágica para a inclusão, pois essa se faz na prática em sala de aula e em outros ambientes. Há muito para se caminhar em relação à inclusão de alunos com necessidades, mas através deste trabalho, pode-se perceber que a bi docência é um caminho que leva à inclusão, cabe a cada educador ou profissional da área da educação optar por este ou por outros caminhos. Para que a inclusão escolar ocorra efetivamente e é necessário um aprimoramento constante dos profissionais da escola.

A família desses alunos também possui um papel fundamental na adequação do mesmo no ensino regular, pois os pais precisam conhecer as necessidades para lidar com elas de forma adequada, mas para isso, precisam reconhecer quais são as verdadeiras limitações enfrentadas no âmbito escolar de seu filho, uma vez que a integração entre pais e professores, facilita a vivência do aluno no âmbito escolar. Somente com participação da gestão escolar, colaboradores, professores, estudantes e pais envolvidos no processo de ensino aprendizagem, os avanços no desenvolvimento psíquico e motor dessas crianças serão significativos.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

A partir do momento em que a inclusão realmente ocorrer nas escolas, teremos crianças e cidadãos mais respeitadas e menos excludentes, que entendam que a diferença é fundamental e que todos têm potencialidades e dificuldades que devem ser valorizadas e acolhidas, proporcionando a todos a oportunidade de aprender a conviver e a respeitar as diferenças e as deficiências uns dos outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Ministério da Educação. Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 1996.

BEYER, H. D. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Mediação, 2005. 128p.

HERRERO, M. J. P. **Educação de alunos com necessidades especiais**. Traduzido por: Maria Helena Maurão Alves Oliveira e Marisa Bueno Mendes Gargantini. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

ILHA, B. C. **Inclusão e Integração Escolar: paradigmas presentes no trabalho pedagógico com crianças autista**. Brasília-DF: Universidade de Brasília Faculdade de Educação, 2013. 76p

LASCHI, R.; SANTOS, M. A.; SOMAVILLA, L. **Importância da educação na formação do indivíduo em Platão**. Santa Maria. 9 pág. 2008.